

# proposta nº20

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

## EDUCAÇÃO POLÍTICA NEGROS COMISSÕES DE EMPRESAS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS



fase

# proposta

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS EM  
EDUCAÇÃO POPULAR

JUNHO/1982 - Nº 20

---

Editorial .....	3
PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS - Principais questões em suas lutas - A necessidade de entender pontos fundamentais deste segmento - Ricardo Abramovay....	5
EDUCAÇÃO POLÍTICA - apresentação de uma experiência realizada neste ano de disputa eleitoral - FASE/RJ	12
COMISSÕES DE EMPRESAS E AUTONOMIA DOS TRABALHADORES-- texto para reflexão sobre duas questões no sindicalismo - Roque Aparecido da Silva .....	17
NEGROS: UNIÃO E CONSCIÊNCIA - organização e luta de um grupo dentro do movimento negro - Grupo de União e Consciência Negra .....	29

---

---

PROPOSTA - Publicação de circulação interna da FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.  
Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy.  
Coordenador de Publicações: Ney Pires de Azevedo.  
Conselho de Redação: Clínio Reinaldo de S. Lima, Maria das Graças F. Costa, Maria Lídia S. da Silveira, Nádya Campeão.  
Secretária de Redação: Ziléa Reznik.  
Capa e Diagramação: Antonio Rogério Garcia Silveira.  
Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe.  
Impressão: Luiz Carlos de Souza

---

Registro na Divisão de Censura de Diversões  
Públicas do DPF - 2.244-P.209/73

## EDITORIAL

A Conjuntura política brasileira encontra-se num estágio de maior complexidade, por parte igualmente das forças populares, que hoje apresentam diversas frentes de lutas, até então pouco presentes no cenário de disputa pelo poder, tais como a questão dos negros, das mulheres, dos homossexuais, entre outros. Ao mesmo tempo temos questões já mais vivenciadas pelo Movimento Popular, que ainda não foram tratadas com maior profundidade.

Neste sentido, o número vinte da Revista PROPOSTA apresenta quatro matérias relacionadas com o exposto acima. Temos o texto de Ricardo Abramovay sobre as questões, os limites e o alcance das lutas dos pequenos proprietários rurais, que consideramos de maior importância para o conhecimento da luta deste segmento econômico e político. Segue a apresentação de uma experiência de Educação Política realizada num dos municípios mais importantes do país, onde a atuação da Equipe da FASE do Rio de Janeiro vem atender necessidades surgidas no interior de um amplo movimento de formação social e política, principalmente neste ano de disputa eleitoral.

Outra matéria de igual significado para o chamado Movimento Popular é o texto de Roque Aparecido da Silva em torno das Comissões de Empresas e Autonomia dos trabalhadores, onde da mesma forma são tratados pontos de relevância principalmente para o sindicalismo. O outro texto foi buscar a experiência ainda vivida por um expressivo grupo participante do movimento negro, quando este afirma-se e traz sua riqueza de concepções sobre a prática e a teoria.



# PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS PRINCIPAIS QUESTÕES EM SUAS LUTAS

RICARDO ABRAMOVAY

Exposição feita no Simpósio sobre Lutas Sociais no Campo promovido pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) no quadro da XXXIª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

As lutas dos assalariados (Afrânio Raul Garcia Jr.) e as dos posseiros (José Reis dos Santos Filho) foram as duas outras exposições a que o presente texto se refere.

As três exposições apresentadas neste simpósio têm por eixo central as lutas dos trabalhadores rurais nos últimos anos no Brasil. É importante iniciar ressaltando que, ao que me parece, não foi a partir de uma visão compartimentada dos conflitos sociais no campo que os organizadores deste simpósio resolveram dividi-lo em três exposições.

É que por mais que os assalariados rurais lutem pela terra, por mais que os pequenos posseiros lutem contra a política agrícola e por mais que os proprietários reivindiquem a reforma agrária, os problemas apresentados por cada um deles são diferentes. E por mais or que seja a unidade em suas lutas, elas traduzem problemas diferentes, trazem consigo perspectivas e limites que devem ser examinados de maneira es-

pecífica.

Em que consiste então a luta dos pequenos proprietários rurais? Em torno de que têm se dado os principais conflitos? Quais os limites e qual o alcance destas lutas? É em torno destas questões que quero lançar alguns elementos para a nossa discussão.



Assembléia, de 8 mil suinocultores, em Francisco Beltrão no Paraná.

## AS LUTAS

Uma primeira diferença entre o tema que me foi dado tratar e os outros dois aqui abordados é a natureza mais recente e mais incipiente da luta dos pequenos proprietários rurais, relativamente a dos assalariados e dos camponeses sem terra e com pouca terra. Os principais conflitos que tiveram por ator social decisivo o pequeno proprietário são da segunda metade dos anos 1970 para cá.

Em 1978 tivemos o caso das Notas Promissórias Rurais. Foi uma luta que mobilizou milhares de pequenos agricultores nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. As Notas Promissórias Rurais eram uma cédula através da qual a indústria (ou o comércio) financiava junto ao banco o capital de giro necessário à aquisição dos produtos em meio rural. Só que esta cédula tinha uma particularidade com relação a uma promissória normal: a que vendia o produto para a indústria ou o comércio era quem endossava a promissória. O produtor era o avalista do dinheiro através do qual seu produto era pago. Tratava-se de uma maneira hábil de o capital bancário amarrar uma ponta da corda no pé da indústria e a outra no pescoço do produtor, de forma que se a queia escorregasse, este é que sentiria o peso da queda.

No final de 1977, vários frigoríficos e uma indústria de esmagamento de soja pediram concordata no Paraná. Os bancos junto aos quais estas empresas possuíam dívidas tentaram aplicar a lei que lhes dava o direito de cobrar este dinheiro dos agricultores. Cerca de mil famílias estavam obrigadas a devolver aquilo que tinham recebido pela venda de seus produtos.

A reação das famílias atingidas teve início em março de 1978, quando num fato até então inédito no Paraná, 1200 agricultores reuniram-se para discutir não a invasão de suas terras por

grileiros, nem o não pagamento de salários, mas um problema de política agrícola. É claro que nesta discussão pode ser estabelecida a ligação entre uma lei federal, o sossego dos industriais que foram à falência e o empenho dos bancos em fazer com que a conta caísse sobre as costas dos pequenos produtores. O capital bancário era visto, pela própria experiência dos agricultores, como o principal instrumento de execução de uma política cuja consequência poderia ter sido a expropriação em massa do campesinato da região. Como podemos notar, o capital bancário tende a estar presente em praticamente todos os conflitos que envolvem os pequenos proprietários rurais.

Em Medianeira, no Oeste do Paraná, chegaram a ser publicados editais de leilões de terras de agricultores inadimplentes. Mas a mobilização dos agricultores foi suficientemente forte para que o governo interviesse no conflito e assumisse as dívidas dos produtores. Esta vitória veio no final de 1979.

Um outro conflito importante e que teve uma repercussão nacional, foi o do confisco cambial sobre a soja, que mobilizou milhares de pequenos agricultores em várias cidades do Sul do País. Aí também a luta foi abertamente contra a política agrícola e o resultado igualmente favorável aos agricultores que conseguiram derrubar o confisco.

O caso do "pró-agro feijão" é também ilustrativo do tipo de luta que estamos examinando. No início do ano de 1980, o governo federal lançou um ambicioso plano de ampliação do plantio de feijão. O objetivo era fazer com que a safra de feijão da seca compensasse a frustração da colheita de feijão das águas. Uma das medidas do governo para isso foi a de garantir juros inferiores aos que normalmente eram cobrados nas operações de custeio e cobertura do pró-agro em 100% em caso de frustração de safra.

Normalmente, o pró-agro (seguro agrícola) só cobre 80% dos gastos com a produção. Além disso, o pró-agro supõe que o agricultor tenha utilizado de maneira "racional" (isto é, conforme as determinações da política agrícola) os recursos que lhe foram emprestados: ele é obrigado à aplicação de uma certa quantidade de adubos, de defensivos químicos, ao emprego de sementes fiscalizadas, ele deve respeitar normas quanto ao espaçamento, etc. Pois bem, neste caso, todas estas exigências eram dispensadas. O agricultor podia cultivar como bem lhe aprouvesse: se a safra fosse frustrada ele não perderia um tostão.

Conforme advertiram a Associação dos Agrônomos do Paraná e a própria Federação dos Agrônomos (nacional), a frustração foi de tal monta que os pedidos de pró-agro atingiram 80% dos 18 mil contratos de financiamentos só no Paraná. E na hora de pagar o governo mudou de conversa: passou a fazer uma série de exigências técnicas que, no momento da concessão dos financiamentos, eram dispensadas. Foi necessária uma mobilização intensa para que os pequenos produtores de feijão conseguissem receber o seu dinheiro. Mais uma vez aqui, da mesma forma que no caso das NPR's, o capital bancário era visado diretamente.

É interessante observar que, mesmo nos casos em que a luta visa, imediatamente, melhores preços para um determinado produto, o capital bancário e a política agrícola são, em geral, colocados em questão. Foi o que ocorreu em 1980 com os suinocultores paranaenses, asfixiados pelo contraste entre os altos preços que pagavam por seus insumos e as baixas cotações que obtinham na venda de seus produtos. No Sudoeste do Estado, as rodovias foram bloqueadas, impedindo a chegada de qualquer produto aos frigoríficos. Na vizinha região Oeste, os patrões dos quatro frigorifi-

cos da região (Swift-Armour de Mal. Cândido Rondon, Sudcoop de Medianeira, Coopavel, de Cascavel e Sadia em Toledo) foram ocupados pelos pequenos suinocultores. Numa assembléia realizada em Francisco Beltrão e que reuniu oito mil pessoas no final de 1980 foi recolhido este depoimento que sintetiza bem o que estava em questão na luta dos suinocultores: "O Banco do Brasil S/A, através de sua Carteira Agrícola, incentivou a construção de pocilgas e aquisição de matrizes e reprodutores, possibilitando a implantação de infra-estrutura, mas com grande endividamento dos agricultores. Agora o banco não dispõe de financiamento para o insumo e os agricultores com os preços baixos oferecidos na hora da comercialização, não têm condições de saldar seus compromissos bancários. Ao governo, caberia dar a garantia de preços que ao menos os agricultores pudessem satisfazer suas obrigações junto ao Banco". (Boletim Poeira, da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, nº 13, setembro/outubro de 1980, p. 9).

Como se vê, a questão do preço do produto é inseparável do problema do preço dos insumos e do pagamento dos créditos bancários. Esta mesma ligação nós vamos encontrar, em maior ou menor grau, na luta dos fumicultores e dos produtores de uva do Rio Grande do Sul, dos produtores de amendoim de São Paulo, dos produtores de leite de Goiás, etc. Não é por acaso que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), para pensar sobre estes problemas, convoca seus associados a se reunirem em encontros sobre a política agrícola. Cabe então perguntar: por que, na luta por melhores condições de vida, os pequenos proprietários rurais enfrentam, cada vez mais, a política agrícola do regime?



## NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO

Mesmo quem não conhece quase nada a respeito da agricultura brasileira sabe que, nos últimos dez ou quinze anos esta sofreu modificações profundas que se traduziram por uma sensível transformação na base técnica de alguns setores. O traço principal desta transformação na base técnica da agricultura reside na substituição cada vez maior do trabalho humano e animal por recursos químicos (adubos, defensivos) genéticos (sementes, matrizes e reprodutores) e mecânicos (tratores, colheitadeiras), assim como pela utilização de recursos de engenharia da produção (curva de nível, terraceamento, etc.). Na maior parte dos casos, o acesso a estes recursos, supõe a utilização de financiamentos bancários. Mas não basta que alguém seja agricultor para poder recorrer a máquinas e insumos modernos. É preciso também que apresente condições sem as quais não se mostrará, aos olhos do capital bancário, como um cliente "confiável". É um dos principais (embora não o único) critérios para esta confiabilidade reside na propriedade da terra. Neste sentido pode-se dizer que dificilmente haverá uma democratização do crédito agrícola sem uma verdadeira democratização da propriedade da terra.

Mas apesar deste limite, é inegável que em termos de contratos (e não do valor) a participação dos pequenos proprietários no sistema nacional de crédito rural vem aumentando. E essa participação não significa apenas acesso a um montante determinado de dinheiro: grande parte das vezes, o crédito rural (sobretudo o de custeio) apresenta-se ao agricultor sob a forma de um pacote no interior do qual encontra-se uma imensa quantidade de insumos agrícolas. No Paraná, por exemplo, do total do financiamento concedido para a soja, 65% corresponde à aquisição de "insumos modernos". No caso do trigo, os insumos participam com 62% do valor do

custeio e com 73% no caso do arroz. O caráter muitas vezes impositivo (sem relação com as necessidades reais da produção) desta aquisição de insumos foi reconhecido pelo próprio ex-secretário da agricultura do Paraná, segundo o qual de 20% a 40% dos fertilizantes e defensivos químicos no Paraná eram consumidos em excesso. E o mais paradoxal é que este super-consumo se dá num quadro global onde a maioria dos pequenos agricultores, não tendo acesso ao crédito, é impossibilitada de usar estes insumos. É claro que uma coisa está diretamente relacionada à outra: na medida em que se bloqueia a quantidade de consumidores destes produtos (pela não democratização da propriedade da terra) as empresas farão o possível para aumentar a quantidade consumida por cada agricultor, não hesitando para isto em transformar o próprio engenheiro agrônomo num mero vendedor de insumos.

O crédito significa, muitas vezes, o acesso do agricultor a insumos e a máquinas que ele não poderia adquirir com meios próprios. Mas, mais que isso, o crédito traz consigo a virtual ruptura da unidade entre o produtor e suas condições de trabalho. Se até o final da década de 1960 a relação de trocas do agricultor com a sociedade se dava no momento em que este vendia suas safras e quando comprava os artigos de consumo que ele mesmo não produzia, agora esta relação sofreu uma mudança qualitativa. O que ele compra, antes de tudo, no início de cada ciclo agrícola, são as suas condições de produção. Com estes produtos (adquiridos pelo crédito rural) ele vai produzir mercadorias cujas vendas visam principalmente a reposição das condições de produção adquiridas, isto é, o pagamento dos financiamentos bancários. Se a figura da produção de um pequeno produtor mercantil do Sul do País até o final dos anos 1960 era M (produção agrícola) - D (venda da safra) - M (produtos para o consumo familiar), agora esta figu

ra sofre uma inversão. A produção tem início, a rigor, na porta do banco. É D (financiamentos bancários) - M (insumos, máquinas, etc.) - M (produto agrícola) - D (Dinheiro que será utilizado para o pagamento dos insumos adquiridos, em primeiro lugar, e para o consumo do produtor). Nas extremidades da figura econômica do pequeno produtor que recorre regularmente ao crédito encontra-se o dinheiro.

Isto significa que é necessário que ele produza e venda para pagar os insumos adquiridos através do crédito agrícola e é preciso adquirir os insumos para poder continuar produzindo e vendendo. Na medida em que a estrutura monopolista existente tanto na entrada como na saída do ciclo agrícola impede que o aumento da produtividade de trabalho embutido neste conjunto de transformações técnicas beneficie economicamente o agricultor, o resultado líquido desta política é vivido sob duas formas principais. Em primeiro lugar aumenta a vulnerabilidade econômica do produtor. Ele é sensível não apenas ao movimento dos preços de que vende, mas também daquele que compra. Este elemento fica claro no caso da luta dos suinocultores. A oscilação nos preços da carne suína ao produtor no Brasil é quase secular. Mas foi necessário que a um momento de queda correspondesse o aumento nos insumos para que, colocade à beira da insolvência (e, portanto, da virtual expropriação) o suinocultor reagisse coletivamente, reivindicando não apenas um melhor preço mas uma política diferente para o setor.

Talvez mais grave ainda que a vulnerabilidade econômica do agricultor, seja a perda de sua independência e de sua soberania sobre o processo de trabalho. O agricultor percebe que, em sua atual forma de produzir, ele deixa de ser o mestre em sua própria casa. No caso dos agricultores inseridos em esquemas de integração con-

tratural (fumo, suínos em Santa Catarina, etc.), onde o produtor recebe os insumos e todos os elementos materiais da produção (com exceção da terra) da mesma firma para quem vende o produto, esta perda de liberdade e de autonomia é mais nítida. Mas ela aparece também nos casos em que esta integração não é contratual, mas em que as próprias técnicas vigentes exigem a aquisição em larga escala de insumos modernos e onde a maior parte da produção destina-se ao pagamento dos insumos.

Do ponto de vista do pequeno agricultor, a propriedade é a condição básica da liberdade. A integração de uma parcela considerável (embora nacionalmente minoritária) do campesinato à orientação da política agrícola do regime correspondeu não só à perda virtual da propriedade em função das dívidas hipotecárias, mas sobretudo à perda de controle sobre o processo técnico da produção, à perda de soberania sobre o seu trabalho.

## ALCANCE E LIMITES

Tornou-se praticamente moda no Brasil (tanto para a esquerda, quanto até para a direita) a afirmação de que não basta, para uma boa reforma agrária, a distribuição de terra. Mas o que é necessário além desta distribuição de terras? Uma política agrícola de apoio ao produtor: tal vez a principal conquista já alcançada pela luta ainda incipiente dos pequenos proprietários rurais seja a de qualificar mais rigorosamente o que viria a ser (ou ao menos do que não poderia ser) esta política agrícola de apoio ao produtor. Ela não pode ser simplesmente um conjunto de mecanismos que tornem o campesinato ainda mais dependente dos grandes monopólios atuando na entrada e na saída do ciclo agrícola. A luta dos pequenos proprietários rurais está contribuindo para lançar à superfície um elemento importante na formulação

da própria questão agrária no Brasil: como se relaciona a luta contra o monopólio da propriedade da terra à luta contra os grandes monopólios que atuam nas extremidades do ciclo agrícola e que, com sua força e seu caráter capitalista, fazem da agricultura tudo o que bem entendem, o que, evidentemente não corresponde aos interesses da maioria da população. O enfrentamento direto entre pequenos produtores, por um lado e, por outro, indústrias, bancos e governo é extremamente rico porque mostra que uma solução de fundo da questão agrária supõe, evidentemente, a democratização da propriedade da terra, mas passa também pelo enfrentamento da questão dos grupos monopolistas a serviço dos quais se encontra a agricultura.

É claro, por outro lado, que a luta deste setor apresenta limites sérios. Os elementos em torno dos quais giram os conflitos (preços, crédito) podem ser objeto de manipulação por parte da política agrícola, muito mais que no caso dos que lutam por terra ou por melhores salários. Além disso, esta luta por melhores preços dos produtos e por menores preços dos insumos não é particular aos pequenos proprietários. Na maior parte dos casos, a burguesia rural também tem interesse nestas reivindicações, pois isto aumenta sua margem de lucro. Existe portanto a possibilidade de que, na luta contra a política agrícola, o campesinato seja liderado e conduzido pela burguesia rural. E é claro que esta questão da direção de suas lutas não é indiferente ao campesinato.

Em termos de propostas para solucionar os problemas decorrentes deste processo de "integração", penso que há, basicamente, duas vertentes. A primeira é a que consiste em fazer a apologia da volta ao passado. Não se deve pensar que esta ideologia da volta ao passado é particular a setores da classe média que optam pelo

naturalismo, pela vida mais pura no campo, etc. Num encontro sobre política agrícola realizado pela CONTAG em 1979 pude perceber que sempre que se tratava de soluções de fundo aos problemas vividos pelos agricultores, a idéia que surgia era a de tentar escapar das garras desta engrenagem: formar pequenas cooperativas, utilizar insumos de origem orgânica, boicotar a comercialização dos produtos, em suma, instalar uma espécie de autarcia econômica.

Esta ideologia da volta ao passado, da não dependência de insumos industriais é expressão da própria revolta dos agricultores contra as consequências do processo de transformações porque vêm passando nos últimos anos. Neste sentido, elas têm de ser encaradas com a maior atenção. Mas, por outro lado, não se pode deixar de dizer que esta solução é semelhante à do avestruz perseguido: o complexo agroindustrial brasileiro não vai deixar de existir porque uma parcela dos agricultores resolveu boicotá-lo...

Penso que, sensíveis a este problema, os trabalhadores rurais presentes à primeira CONCLAT fizeram aprovar uma resolução que vai num sentido diferente ao daqueles que preconizam a "volta ao passado". Trata-se da "nacionalização das empresas multinacionais que produzem insumos agrícolas (adubos, venenos, etc.)". O texto não esclarece (Cf. Reforma Agrária, vol. 11, nº 6, nov./dez.1981, p. 23) exatamente o que se entende por nacionalização. Não acredito que os trabalhadores rurais estivessem pensando na transferência destas empresas das mãos dos monopólios estrangeiros para os braços de capitalistas nacionais... Mas se por nacionalização se está entendendo o domínio da nação sobre este setor monopolizado, então é evidente que não bastaria incluir aí o ramo das máquinas e insumos, mas também aqueles que se encontram na saída da agricultura e

cujo grau de concentração, em muitos casos, é igualmente elevado.

Utopia, dirão alguns. Talvez. Mas o importante, ao que me parece, é que o pequeno agricultor perceba que não há volta ao passado socialmente viável. E por mais estranha que hoje esta idéia possa parecer, é preciso que os pequenos agricultores tomem consciência de que os grupos que, de fora da agricultura determinam a vida do setor rural, não serão eternamente regidos pela lógica do lucro. E quando as necessidades sociais se impuserem a estes grupos (por exemplo com as nacionalizações) é importante que os agricultores estejam preparados para influenciar sobre o rumo da política agrícola e inclusive sobre o rumo das empresas que se relacionam diretamente com o setor rural.

Neste sentido além da própria experiência de luta contra a política agrícola e os grandes monopólios, a questão do cooperativismo tem um papel de destaque. Grande parte das críticas que se faz ao "gigantismo" cooperativista existente no Brasil consiste em se preconizar a formação de pe-

quenas cooperativas. Ora, parece-me importante que os agricultores participem no interior das grandes cooperativas, não com o intuito, evidentemente, de melhorar, de imediato as condições de vida do campesinato, pois com a atual estrutura do cooperativismo brasileiro, dificilmente este objetivo pode ser alcançado. A participação é importante exatamente para que as lideranças camponesas adquiram elas mesmas a experiência do que vem a ser a gestão de uma grande cooperativa, do que significa uma contabilidade, etc. Além disso, por maiores que sejam os limites do cooperativismo do ponto de vista econômico, existe a possibilidade de se estimular a participação dos associados na vida da cooperativa. Desta participação pode nascer uma experiência coletiva de administração e controle que vá mostrando ao campesinato que a recuperação da soberania sobre suas condições de existência é possível, não com o seu isolamento autárcico, mas ao contrário, através do controle que ele venha a exercer sobre o destino de seu produto e a forma de produzir os seus meios de trabalho.

# EDUCAÇÃO POLÍTICA UMA EXPERIÊNCIA NO GRANDE RIO DE JANEIRO

FASE - RJ

"A ação educativa popular não tem outro sustento, nem outro ponto de partida, que não seja a mesma ação das massas, no nível em que esta se desenvolve". (1)

Em 1981, grupos ligados aos trabalhos da Igreja do grande Rio de Janeiro, convidaram a Equipe para preparar cursos rápidos, que pudessem ajudar no entendimento das mudanças em andamento ao nível da conjuntura política e da legislação partidária.

Vários destes grupos organizaram em 81 cursos de uma semana sobre estes temas, realizados de formas diversificadas.

Alguns cursos foram organizados escolhendo um temário e convidando cada noite uma pessoa para expor o assunto. Outros abriram o curso com uma palestra, trabalharam as três noites seguin

tes sobre os problemas levantados na primeira palestra e no último dia com ajuda de um assessor, procuraram esclarecer ou aprofundar os pontos que acharam importantes ou menos claros.

Em algumas comunidades se criaram equipes de estudo (uma de jovens e outra de adultos) para ajudar outros grupos da comunidade nesta reflexão.

No começo deste ano, avaliando infor

## Uma força à nível de nós mesmos

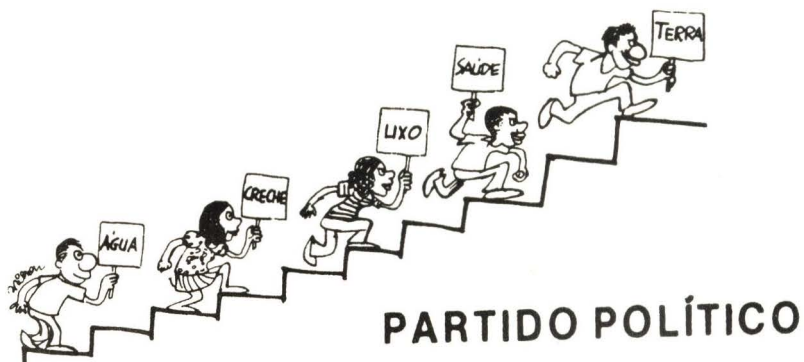


Ilustração da cartilha "Em Debate" -  
"Política" - FASE/RJ

malmente o trabalho desenvolvido de formação política concluiu-se que as mulheres, sobretudo donas de casa, tinham dificuldades em participar dos cursos por vários motivos: horário, acanhamento de debater política frente aos maridos e homens em geral, nível dos cursos e maior desprezo da mulher sobre política.

A partir desta constatação, pensou-se em algo só para mulheres. Chegou-se a conclusão de que deveriam ser as mesmas donas de casa as orientadoras das discussões sobre política para suas companheiras. Para isso era preciso que algumas donas de casa se dispusessem a participar. A FASE ajudaria na preparação delas e a partir desta preparação, se elaboraria um material como subsídio. Formou-se um grupo de 12 mulheres de três diferentes comunidades, que seriam as monitoras a serem capacitadas.

Durante três meses, março, abril e maio, uma vez por semana houve reuniões. Foi feito um levantamento das idéias que não estavam claras em relação à política em geral e à política brasileira: história dos partidos, abertura política, reformulação partidária, legislação eleitoral, atuais partidos (seus fundadores, suas propostas, critérios para escolha do partido).

A partir disso elaborou-se um programa para os três meses. Completado o curso, houve algumas orientações didáticas sobre as várias formas de apresentação. Foi feito um primeiro curso, dado por quatro monitoras para 15 mulheres, onde um técnico da FASE participou como observador, e serviu como estágio em cima do qual foi feita a avaliação.

A partir disso cada comunidade organizou seu programa.

Numa das comunidades foram organizados dois cursos para donas de casa, para transmitir o conteúdo proposto. Nas outras duas comunidades as monitoras usaram as reuniões dos grupos

de reflexão, que se reuniram semanalmente, para através destes, transmitir o conteúdo do curso.

Numa das comunidades, onde as monitoras deram o curso através das reuniões semanais, chegou-se a sensibilizar o conjunto dos grupos e organizou-se um curso de uma semana (cinco noites), para aprofundar as questões enfrentadas nos grupos, contando com pessoas mais preparadas e o apoio da FASE na articulação dele.

O trabalho começou de forma sistemática, visando atingir o público feminino. Em seu desdobramento chegou-se a atingir indistintamente mulheres e homens, mesmo que se constate uma maioria de mulheres nos encontros e cursos até agora realizados.

..."Não é possível levar a cabo nenhum processo de fortalecimento da consciência de classe à margem da ação política, das massas populares e não é possível realizar nenhuma ação pedagógica libertadora se não é dentro de uma prática política libertadora." (1)

Este trabalho de Formação Política, realizado pela Equipe da FASE do Rio de Janeiro, considerou em seu encaminhamento o seguinte ponto:

... qual a experiência acumulada das monitoras e do público participante?

As monitoras são mulheres, donas de casa alfabetizadas (algumas com curso primário completo), esposas de operários com prática de coordenação de grupos bíblicos, clubes de mães e/ou de grupos de catecismo e com sensibilidade para a problemática social e política.

O público deste trabalho é constituído por mulheres donas de casa dos bairros do grande Rio de Janeiro. Quase todas participam da vida da comunidade cristã e várias delas atuam nas associações de bairro.

## A DINÂMICA DO CURSO

A dinâmica do curso para monitoras e a conseqüente elaboração de uma cartilha de apoio, percorreu a seguinte trajetória:

- O curso foi programado a partir dos problemas, dúvidas e questionamentos apresentados pelas monitoras;
- Feito o programa e divididos os temas, foram distribuídas cartilhas, textos, que já estavam em circulação e que tocavam nos assuntos a serem tratados. Cada monitora ficou de preparar um dos assuntos.

## MOTIVAÇÃO

Com base nas características das monitoras e dos grupos foram consideradas as motivações, que levam a um engajamento da política:

- A motivação religiosa, que no livreto não é tocada porque o público a ser atingido já teve outras oportunidades de aprofundar este aspecto. (Quando são dados cursos a primeira conversação é sobre fé e política);
- Mostrar como a política é uma das armas mais importantes para mudar a situação da nossa sociedade. Para entender isso é preciso conhecer esta sociedade na natureza e não só nos seus efeitos. É claro que a finalidade não é a análise da sociedade, mas dentro desta análise apontar os aspectos que ajudam mais o entendimento da política, por exemplo: os diferentes interesses presentes, a questão do poder, etc.

## ROTEIRO DOS ENCONTROS

As reuniões começavam com a apresentação do que tinha sido estudado pe-

las monitoras. Às vezes o técnico da FASE fazia uma primeira apresentação. Depois era aberto o debate para a apresentação de perguntas e solicitação de esclarecimentos, etc.

Depois de cada reunião era feita uma sistematização do que tinha sido discutido.

Esgotados os assuntos considerados mais importantes, o grupo retomava os relatórios, novas informações foram sugeridas, as palavras difíceis foram trocadas, etc.

As monitoras pediram que estes relatórios fossem impressos para auxiliá-las no seu trabalho na comunidade.

Com membros integrantes das comunidades foi feita uma última revisão dos relatórios, dos quais originou-se uma cartilha.

"A cartilha não tem como finalidade esgotar os assuntos que toca, mas procura despertar o interesse e provocar debates sobre política."

Esta cartilha foi pensada como subsídio para as monitoras. Logo foi vista a importância dos participantes dos cursos, orientados por elas, terem o texto também em suas mãos.

Algumas observações sobre este material produzido:

- A cartilha procura dar resposta a uma série de perguntas e questões colocadas pelo grupo de mulheres de onde partiu o trabalho. Outras questões, que não aparecem no livreto, foram levantadas por nós no debate, mas não foram aprofundadas a tal ponto de tornar possível uma assimilação profunda e uma conseqüente formulação acessível a maioria do povo;
- A cartilha não tem como finalidade esgotar os assuntos que toca, mas procura despertar o interesse e provocar debates sobre política em

geral e sobre política partidária, mostrando a fundamental importância da política e da participação nela do trabalhador;

- A cartilha não tem uma análise mais profunda de questões fundamentais: a questão do voto útil, as eleições na atual conjuntura, as diferentes teorias sobre o papel do partido, etc.;
- Ela está enxugada um pouco na parte de argumentação e foram cortadas uma série de perguntas, que deveriam provocar o debate e que eram mais próprias para monitoras;
- Contém muitas respostas já prontas e breves, que necessariamente simplificaram questões bastante complexas, visando facilitar a leitura da cartilha, por aqueles que não viessem a participar dos encontros ou reuniões;
- A leitura da cartilha, que deve ser sempre feita em grupo, sua objetividade e o aprofundamento das questões fica muito na responsabilidade de quem coordena o grupo ou o cursinho, e depende também do nível das pessoas que participam;
- Numa tradição política que teve quase sempre como ponto de referência pessoas e candidatos, considerou-se importante insistir no papel do partido;
- A urgência das próximas eleições obriga a falar sobre os partidos e sobre os critérios para escolher o partido que interessa;
- Não é suficiente motivar. É preciso oferecer dados que permitam esclarecer as principais confusões (sindicato-partido, Igreja-partido, movimentos populares em geral e partidos) e os elementos fundamentais que às vezes faltam: os três poderes (executivo, legislativo e judiciário); os partidos; lei eleitoral, etc.

Pelo que se constata, este trabalho de formação cívico-política atualmente so é preocupação das comunidades cristãs. Pouco se tem notícia, no Rio, de outros movimentos ou de partidos que façam este trabalho de forma sistemática.

Ainda durante a realização do curso para as mulheres, espalhou-se a notícia do seu conteúdo, aparecendo uma série de solicitações que levaram a FASE a assessorar encontros de estudos no grande Rio, para coordenadores de círculos bíblicos, encontros de jovens, clube de mães, etc., bem como a organizar cursinhos em várias paróquias e comunidades.

Este trabalho de educação política se insere num trabalho mais amplo de educação, tornando-se um dos aspectos da formação destes grupos, que dura há anos e, em geral, não têm prazo para terminar.

Muitos destes grupos têm condições de aprofundar o debate sobre política para além da cartilha ou para além dos cursos. A finalidade não é transformar estes grupos em núcleos de um ou de outro partido. Fora destes grupos, a título pessoal, alguns se engajam mais diretamente em partidos, permanecendo estes grupos com a característica e o papel de instrumentos de educação.

Neste trabalho foi constatado existir bastante resistência à Educação Política, ainda que tenha-se ampliado no meio popular o número de pessoas interessadas em ter mais clareza sobre política. Nisto contribuiu o trabalho de conscientização levado pela Igreja e as mudanças conjunturais.

A FASE do Rio de Janeiro cabe ainda um papel de continuidade do trabalho a partir das solicitações dos próprios grupos.



## NOTAS:

(1) JARA, Oscar H. Educacion Popular: la dimension educativa de la accion politica. Panamá, CEASPA et San José-Costa Rica ALFORJA, 1981.

(2) AS CARTILHAS-TEXTOS USADAS:

- . Política: a luta de um povo - Diocese de Juazeiro;
- . O que é política, partido e atual reformulação partidária - Equipe CERIS - Centro de Educação Popular - Instituto Sedes Sapientiae-SP;
- . O povo e a reorganização partidária - 6a. Assembléia dos Lavradores - Piauí;
- . Fé e Política, Povo de Deus e participação política. Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalização de SP. E

ditora Vozes:

- . Conquistando o que é nosso CPT-Centro/Sul - Goiás;
- . Jovem no Mundo atual - Conclusão do 1º Congresso de jovens da diocese de Bom Jesus da Lapa;
- . O que eu posso fazer - Comissão Pastoral de Favelas - Arquidiocese do Rio de Janeiro;
- . Conscientização social - Diocese de São Mateus;
- . Documento de São Bernardo - Cadernos do CET -BH;
- . Quem é Partido dos Trabalhadores Secretaria de Educação Política - São Paulo;
- . A História do Voto no Brasil - Cadernos de formação - Frente Nacional do Trabalho.

# COMISSÕES DE EMPRESAS E AUTONOMIA DOS TRABALHADORES

ROQUE APARECIDO DA SILVA

Este texto não é definitivo, é apenas uma reflexão. Portanto, pedimos aos leitores que tenham contribuições ao mesmo, que as encaminhem à FASE - SP.

---

As mudanças das relações de poder no interior dos próprios locais de trabalho passaram a ser o eixo das lutas sindicais.

---

A bandeira da autonomia dos trabalhadores, no quadro atual do desenvolvimento do capitalismo - e também do socialismo real, como indicam os acontecimentos recentes da Polônia - enfrenta obstáculos cada vez maiores para se realizar. Todo o desenvolvimento científico-tecnológico e da administração científica tem sido acompanhado de inovações na organização do processo de trabalho, que se orientam no sentido de aprofundar a dominação do capital sobre o trabalho, visando dificultar sempre mais o avanço das lutas dos trabalhadores pela sua autonomia.

Entretanto, são justamente esses aspectos do desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas que propiciam transformações significativas nas características das lutas sindicais.

Nos países da Europa Ocidental nota

se já, principalmente a partir das grandes mobilizações operárias do final da década de 60, uma mudança no eixo das lutas sindicais; tornando o próprio local de trabalho em palco privilegiado dos conflitos, as lutas sindicais têm desviado o seu eixo das reivindicações por melhores salários no sentido de se obter um melhor poder aquisitivo, para as lutas contra as formas de dominação e controle dos trabalhadores, que se expressam no próprio processo de trabalho. Com isto não queremos dizer que a luta por melhores salários tenha deixado de existir, mas apenas indicar que o motor principal das lutas sindicais passa a ser as condições de trabalho, questionando em sua base as formas como o capital se organiza para exercer a sua dominação a partir do próprio processo de trabalho (1).

A transformação básica que se opera a nível da luta sindical, na medida em que ela se centra no campo da produção, é que o trabalhador se coloca nesse processo como produtor e não apenas na condição de consumidor (o que ocorre quando a luta se restringe aos aspectos salariais), o

que possibilita uma identificação diferente do processo de exploração, com decorrências do plano da consciência dos atores.

Uma outra decorrência significativa das transformações que se desenvolvem a nível do processo de trabalho é que tendo a luta sindical o pró-prio local de trabalho como palco principal, torna-se muito mais factivel a participação da totalidade dos trabalhadores de forma mais intensa. A participação efetiva da massa de trabalhadores propicia um processo de democracia de base a nível da organização que se constitui para conduzir suas lutas, questionando com isso a inoperância das burocracias sindicais.

---

As transformações econômicas e politicas, o término do período populis-ta e a intensa repressão aos sindicalistas exigiram a maior liberdade e autonomia das organizações dos trabalhadores.

---

No Brasil, o acelerado processo de implantação das modernas técnicas de produção e administração a partir de meados dos anos 50 com a intensificação da presença da moderna indústria, teve também repercussões prófundas sobre o movimento sindical, tanto por incorporar ao contingente operário novas categorias de trabalhadores, como por fazer aflorar novas reivindicações relacionadas com as características da organização da produção da moderna indústria. Evidentemente essas transformações que começaram a ocorrer no processo productivo desde a segunda metade dos anos 50, passaram a colocar desde então a necessidade de transformação da estrutura sindical de forma a permitir o surgimento de um sindicalismo mais arraigado em suas bases e mais independente do Estado para

poder atender aos novos conflitos provenientes dos locais de trabalho.

Além disso, os acontecimentos poli-ticos de 1º de abril de 1964 constituíram-se também em outro elemento decisivo para a definição dos rumos do movimento sindical, na medida em que provocaram uma ruptura nas características da prática sindical desenvolvida até então sob a égide do populismo.

O fim do período populista e a poli-tica repressiva em relação aos sindicatos estabeleceu um divórcio total entre líderes sindicais e governo, tornando evidente para o movimento sindical a impossibilidade de se desenvolver dentro de uma estrutura atrelada ao Estado como a brasilei-ra. Tal estrutura desempenhou um papel importante no período anterior a 64, na medida em que ajudava a soldar o pacto populista. Beneficiava, ao mesmo tempo, setores das classes dominantes, setores políticos clientelísticos vinculados principalmente ao P.T.B., a própria burocracia sindical e, inclusive, parcelas de trabalhadores como aqueles vinculados ao setor estatal da economia. Embora tenha sido prejudicial aos operá-rios ligados ao setor privado, que tiveram seus salários reais rebaixados a partir de 1959. Todavia, se no período populista essa estrutura sindical atrelada ao Estado foi capaz de satisfazer alguns interesses dos trabalhadores, com a implantação do autoritarismo em 64, passou a ser ainda mais limitativa.

O incremento da repressão do Estado sobre as atividades sindicais somado à política de arrocho salarial do governo militar passou a exigir dos síndicos um esforço redobrado no sentido de garantir o poder aquisitivo dos trabalhadores tornando cada dia mais inevitável a urgência da transformação da estrutura sindical.

É portanto em função das transformações que ocorrem na sociedade brasileira, tanto a nível do regime poli

tico como a nível do próprio desenvolvimento do processo de produção, com a introdução de novas formas de organização do processo de trabalho, que passa a adquirir uma importância decisiva na luta dos trabalhadores contra a velha camisa de força que pesa sobre o movimento sindical, exigindo a completa liberdade e autonomia sindicais.

---

"As comissões significam um questionamento de fundo à estrutura sindical atual, essencialmente autoritária."

---

As Comissões de Empresas, organizadas a partir das bases nos locais de trabalho, expressam, de certa forma, a síntese desse processo, ao estabelecerem uma organização abrangente em relação ao conjunto dos trabalhadores na medida em que se dá a partir das várias seções de cada empresa. Por outro lado, enquanto expressões da articulação democrática do conjunto dos trabalhadores, as comissões significam um questionamento de fundo à estrutura sindical atual, essencialmente autoritária.

A Comissão de Empresa constitui-se na forma mais democrática possível de organização dos produtores diretos, na medida em que o trabalhador vota em seu companheiro de seção, a quem pode recorrer a qualquer momento que enfrente algum problema, e que o controle dos representandos sobre o representante se dá diretamente, no dia-a-dia do processo de trabalho. Além disso, a comissão pode ser considerada também a forma mais ágil de organização de que pode dispor o trabalhador, uma vez que, estruturando-se a partir de cada seção da empresa, ela pode responder imediatamente a qualquer problema que se coloque para os trabalhadores, constituindo-se em freio efetivo ao despotismo

do capital, que se expressa principalmente através do poder disciplinar na empresa.

A Comissão de Empresa constituída em Osasco pelos trabalhadores da COBRASMA S.A. Indústria e Comércio, na década de 60, foi uma das mais significativas experiências de organização no local de trabalho, tendo tido um papel decisivo em relação ao avanço que tiveram as lutas dos metalúrgicos que culminou com a greve de 1968. Esta experiência, entretanto, não chegou a se disseminar mais amplamente junto ao movimento sindical na medida em que foi interrompida pela repressão desencadeada por ocasião da greve. Nos 10 anos seguintes o movimento sindical não teve condições de se expressar mais amplamente devido às condições de repressão reinantes e a experiência da Comissão da COBRASMA não chegou a ser nem mesmo divulgada mais amplamente junto aos trabalhadores, apesar da consigna da organização de comissões de empresas ter estado presente em praticamente todos os movimentos moleculares desses 10 anos.

Com a retomada do movimento sindical em 77/78 a reivindicação de constituição de comissões nas empresas reaparece publicamente e com muita força. Entretanto, nas negociações coletivas os patrões têm se negado quase sempre a discutir tal reivindicação, apesar de setores do próprio empresariado colocarem a necessidade de se ter formas de organização dos trabalhadores nas empresas, que possam se constituir em interlocutores legítimos para solucionar os conflitos que surgem nas empresas. De qualquer forma as comissões de empresas vêm paulatinamente se formando e as comissões constituídas recentemente na Volkswagen e na Ford são expressões de diferentes alternativas que estão sendo apresentadas para responder às exigências da realidade (2).

Interessa-nos aqui estudar as características particulares das três ex

periências a que nos referimos, buscando entender as diferenças que guardam entre si, tentando vislumbrar quais as perspectivas que se colocam para o desenvolvimento do movimento sindical, no tocante à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Ao mesmo tempo procuramos conduzir a análise no sentido de entendermos em que medida tais experiências estariam apontando efetivamente um caminho para os trabalhadores conquistarem sua autonomia no plano da organização sindical.

---

### Participação, funções e autonomia são questões centrais na análise dos estatutos de algumas comissões criadas.

---

Em setembro de 1980 a VW anunciou que iria constituir um "Sistema de Representação dos Empregados", distribuindo no ato o que viria a ser os estatutos da Comissão que foi eleita em novembro daquele mesmo ano.

Contrariamente ao caso da VW, a Comissão da Ford foi o resultado de uma greve de 6 dias ocorrida em junho de 1981, em que se reivindicava também a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores. O acordo assinado entre as partes pôs fim à greve garantiu a vitória aos trabalhadores que obtiveram 120 dias de estabilidade e a constituição de uma comissão na fábrica de São Bernardo do Campo, que se rege por um estatuto definido em comum acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores e a direção da empresa.

Temos ainda o caso da comissão da Cobrasma que começou a ser organizada em 1962 por iniciativa de operários vinculados à Frente Nacional do Trabalho e trabalhos de base da Igreja. Esta comissão, depois de ter travado várias lutas na fábrica, termi-

nou sendo reconhecida pela direção da empresa em 1965. Os estatutos da comissão foram discutidos entre as partes e finalmente aprovados em assembléia para a qual foram convocados todos os trabalhadores da empresa, em que se acrescentou toda a parte relativa ao funcionamento interno da comissão.

Ao analisarmos o quadro comparativo dos estatutos, queremos deixar claro o papel que entendemos normalmente ser cumprido por um tal instrumento. Por um lado sabemos que a existência prática de uma organização de massas de produtores diretos, como uma comissão de empresa, pode imprimir uma dinâmica tal ao movimento que ultrapasse completamente as letras dos estatutos. Entretanto isso não é dado adquirido. Pelo contrário, na maioria das vezes, as normas traçadas em um estatuto representam entraves para o livre desenvolvimento da atuação de uma entidade. No caso específico de uma comissão de empresa, que expressa um determinado nível de correlação de forças - mesmo que referindo-se estritamente ao plano sindical - as determinações estatutárias normalmente são utilizadas pelo patronato para determinar os limites da ação e da negociação. Daí o porquê de ser fundamental a discussão dos estatutos das comissões para podermos entender as suas potencialidades e possíveis limitações.

Sob esse prisma, a leitura do quadro comparativo das três comissões nos deixa claro as condições impostas para a atuação de cada uma delas. As questões centrais a se destacarem:

### Participação

Quanto a esta questão fundamental para a atuação de qualquer organização de massas, as definições estatutárias da Comissão da VW são claramente negativas. A preocupação central do conjunto dos estatutos é de estabelecer restrições à participação dos

trabalhadores a nível da própria comissão, não considerando nenhuma forma de participação além do ato de eleger o representante e, particularmente, determinando o isolamento em relação ao sindicato, e por decorrência, ao conjunto da categoria. Os estatutos garantem uma maioria de não sindicalizados, estabelecem a limitação do poder de representação estritamente ao interior da fábrica e ao distrito a que foi eleito e ainda exigem que o trabalhador, para ser elegível, tenha que estar trabalhando na empresa há mais de 5 anos, tempo este que dificilmente um ativista sindical atinge.

No caso da Comissão da Ford participam apenas os horistas, mas o tempo de firma exigido do trabalhador para garantir a sua elegibilidade baixa para dois anos, porém, não estabelece nenhum mecanismo de participação das bases.

No que diz respeito à Comissão da Cobrasma, a possibilidade de participação dos trabalhadores é bem mais ampla, pois tem como instância máxima de decisão a assembleia do conjunto dos trabalhadores da empresa. O mandato dos membros da comissão é de um ano e não de dois como nos outros casos, o que possibilita às bases substituírem mais rapidamente eventuais representantes que não estejam correspondendo e os candidatos são eleitos por distritos divididos de forma a garantir um representante para aproximadamente cada 100 trabalhadores. Os estatutos garantem a participação na comissão de todos os trabalhadores, inclusive os dos escritórios, que são vítimas das mesmas formas de exploração e expropriação do saber técnico que sofrem os operários ligados diretamente à produção, e não exigem tempo de firma para os candidatos, podendo concorrer nas eleições todos que estiverem trabalhando na empresa na data da assembleia ordinária. É a própria assembleia que, além de analisar a prestação de contas e o relatório da prática

da comissão cujo mandato finda, elabora um "Regimento Eleitoral" e elege a comissão que vai dirigir o processo eleitoral.

## Funções

A Comissão da VW tem por função colaborar com a direção da empresa na solução dos problemas de relacionamento entre ela e os empregados, apresentando as sugestões cabíveis. A da Ford visa fiscalizar o cumprimento da legislação e dos acordos, ao passo que no caso da Comissão da Cobrasma a questão adquire uma forma mais abrangente, ao colocar como função exigir medidas que melhorem as condições de trabalho, corrijam injustiças ou elevem o nível de vida do trabalhador. Sobre eventuais mudanças nos estatutos, cada comissão tem também características bem diferentes, sendo que no caso da VW quem decide unilateralmente é a direção da empresa, na Ford as mudanças devem ser negociadas entre as partes e na Cobrasma a iniciativa deve partir da assembleia geral dos trabalhadores.

Também em relação às reuniões com os patrões as diferenças são claras: na VW participam três trabalhadores, sendo um horista não sindicalizado, um horista sindicalizado e um mensalista; na Ford participam os três membros da coordenação, mais no máximo dois assessores; e na Cobrasma podem participar até 12 trabalhadores, sendo obrigatória a participação dos 4 do Órgão Executivo, e os demais devendo ser aqueles membros que estejam mais diretamente relacionados com as questões a serem tratadas na reunião.

## Autonomia

O grau de independência em relação aos patrões, o tipo de relação com o sindicato e sua diretoria, a integração e participação do conjunto dos trabalhadores, são elementos definidores das características de autonomia de uma comissão de empresa. Em

relação a estas questões são profundamente marcantes as diferenças entre as três comissões analisadas, conforme as definições de seus estatutos. A comissão da VW não tem nenhuma independência em relação à direção da empresa, tendo suas atividades detalhadamente definidas nos estatutos elaborados pelos patrões, os quais limitam a atividade da comissão a ouvir os problemas apresentados pelos trabalhadores e comunicá-los à direção da empresa anexando as sugestões cabíveis e impedem oficialmente o relacionamento da comissão com o sindicato. As decisões finais ficam sempre para serem tomadas pela direção da empresa.

No caso da Ford, a comissão é vinculada estatutariamente ao sindicato tendo em vista que 2 dos 3 coordenadores são diretores de base do sindicato na empresa, como membros natos. Ao mesmo tempo "o sindicato pode avocar para si a representação dos empregados na discussão dos assuntos que sejam objeto da atuação da Comissão de Fábrica". Nesse sentido a instância máxima de decisão termina sendo a diretoria do sindicato.

Na experiência da Cobrasma a comissão mantém sua independência em relação à direção da empresa e sua autonomia em relação ao sindicato, que é Órgão Consultivo. Tais características são asseguradas através da mobilização dos trabalhadores, na medida em que o órgão máximo de decisão da comissão é a assembléia geral dos trabalhadores da fábrica.

---

A questão do relacionamento da Comissão com a empresa e o sindicato foram experimentadas por três comissões  
- VW - FORD - COBRASMA

---

Estas definições estatutárias, que restringem ou ampliam as possibilidades de atuação de uma comissão, são marcadamente diferentes nos 3 casos

que analisamos, em decorrência das características e condições em que cada uma foi constituída. Nesse sentido interessa-nos recuperar agora alguns elementos marcantes presentes no surgimento dessas comissões, bem como aspectos de suas práticas, para podermos discutir que contribuições trazem para o avanço das lutas sindicais no Brasil.

A comissão da VW surge por iniciativa da direção da empresa, porém como contra-resposta às lutas dos trabalhadores que colocavam a questão das comissões como um ponto importante de sua pauta de reivindicações há vários anos. Após longo tempo de pressão por parte do sindicato e logo após um processo de negociações coletivas, em que o patronato tinha se negado a discutir a questão, é que a empresa toma tal iniciativa, apresentando uma forma patronal de atender a reivindicação dos trabalhadores e criando uma comissão, que pudesse servir como instrumento de dominação e controle nas mãos da direção da empresa.

Essas características da comissão estão tão expressas nos seus estatutos, que não estabelecem nenhuma forma de relação com o sindicato, garantindo ao mesmo tempo uma maioria de não sindicalizados entre seus membros, em todos os níveis. Tal composição se fazia necessária para se tentar mantê-la como um instrumento dócil ao patronato, podendo então cumprir os objetivos propostos de servir ao estabelecimento de uma boa relação entre empregados e patrões.

A direção da empresa enfrentou dificuldades para fazer com que sua proposta de comissão se tornasse realidade entre os trabalhadores. A reação contrária partiu da diretoria do sindicato, que tinha sido destituída pelo Ministério do Trabalho no transcorrer da greve de 41 dias ocorrida em 1980, mas que continuava, como liderança da categoria, organizada através do Fundo de Greve. Lula e

seus companheiros fizeram uma intensa campanha de denúncia da iniciativa da direção da empresa, caracterizando que a comissão teria por objetivo dividir os metalúrgicos de São Bernardo e debilitar o sindicato, chamando os trabalhadores a anularem o voto nas eleições para a constituição da primeira comissão. Nas eleições ocorridas em fins de novembro de 1980 houve apenas 10.358 votos favoráveis a alguns dos candidatos e 16.845 expressando algum nível de descontentamento com o processo, sendo 6.978 para "Lula", "João Ferrador", "Figueiredo", "Murilo Macedo"; 6.180 assinados erradamente; e 3.687 em branco (3).

Na época houve também algumas pessoas defendendo a posição de que a diretoria deveria elaborar uma proposta alternativa de estatuto para a comissão, e participar do processo eleitoral, mesmo que fosse para renunciar em seguida, em não sendo aceita a alternativa apresentada, mas utilizando as eleições para a denúncia da comissão que estava sendo implantada pelo patronato.

De qualquer forma o resultado da votação pode ser interpretado como uma vitória da campanha desenvolvida pelo sindicato que chamou os trabalhadores a votar contra a comissão que estava sendo criada, escrevendo na cédula "João Ferrador", que é o símbolo do sindicato. Entretanto, é necessário considerar que, logo após as eleições, apesar de ter recebido menos da metade do total dos votos, a comissão eleita tinha uma certa legitimidade, que se manteve até a bril de 1981.

Neste momento, frente à grande onda de demissões, a comissão assume a proposta (levada a efeito através de um abaixo-assinado que recolheu 22 mil adesões) de reduzir a jornada de trabalho, reduzindo proporcionalmente os salários, em troca da estabilidade provisória para todos os trabalhadores. Todavia, para que tal

medida pudesse se efetivar tinha que se ter o consentimento do sindicato, pois mudava aspectos centrais das convenções coletivas. A atitude do sindicato foi a de denunciar as pressões que os trabalhadores teriam sofrido para aderir à proposta, exigindo que se realizasse um plebiscito na empresa, com a fiscalização do sindicato, para se conhecer a opinião verdadeira dos trabalhadores. O resultado do plebiscito consagrou uma grande vitória para o sindicato, tendo 16.048 votos contrários à redução da jornada acompanhada com a redução dos salários em troca da estabilidade temporária e apenas 7.265 votos favoráveis, mais 150 brancos e 272 nulos (4).

A partir desta vitória do sindicato, a comissão da VW não assumiu mais posições tão ousadas, tendo inclusive estabelecido uma certa aproximação com o sindicato e mesmo colaborando com a greve de maio de 82. Tal procedimento levou a atual diretoria do sindicato a iniciar um processo de discussão que poderá levar a que o sindicato participe das próximas eleições da Comissão apresentando uma alternativa concreta no processo real, que pode se consubstanciar na defesa de um novo estatuto para reger o funcionamento da comissão.

A comissão constituída na Ford assume características completamente diferentes daquelas da VW. Primeiramente por ser uma conquista dos trabalhadores, constituindo-se em um marco importante no avanço do movimento sindical. Em segundo lugar por ter-se conseguido a presença oficial do sindicato dentro da empresa, o que tornou a comissão da Ford numa referência para os trabalhadores a nível nacional, principalmente se tivermos presente que a partir de 1977 o sindicalismo metalúrgico de São Bernardo passou a ter ressonância em todo o país.

A comissão da Ford trouxe um grande reforço ao sindicato dos metalúrgi-



cos de São Bernardo, pela sua capacidade de manter os trabalhadores da empresa organizados e mobilizados, garantindo sua presença sempre à frente das lutas que se travam em São Bernardo.

A participação dos trabalhadores nas eleições foi quase total, tendo votado 6.757 horistas, dos 7.800 em condições de voto, sendo que a maior parte da abstenção recaiu sobre os trabalhadores faltantes durante a realização do pleito, os designados para tarefas externas no período, os em férias e os afastados para tratamento médico" (5). A vitória do sindicato nas eleições se torna mais evidente quando vemos que todos os eleitos para a primeira comissão foram os candidatos indicados pelo sindicato. Nos distritos onde houve competição, os candidatos apoiados pelo sindicato obtiveram esmagadora maioria (6).

O aspecto discutível dos estatutos da comissão da Ford diz respeito à determinação de que o Coordenador e o Sub-Coordenador tenham que ser obrigatoriamente 2 membros da diretoria do sindicato vinculados à empresa. A explicação de parte de dirigentes do sindicato do porquê da inclusão deste item nos estatutos, é no sentido de garantir que a comissão não se choque com a orientação do sindicato, vindo a desenvolver uma prática paralela, que poderia debilitar o sindicato.

Este aspecto poderá ser melhor discutido a partir da experiência da Comissão da Cobrasma, constituída informalmente em 1962 - a comissão dos 10, como era conhecida - e reconhecida oficialmente pela direção da empresa em 1965, quando foram definidos os seus estatutos e os membros da comissão foram eleitos pelos trabalhadores.

No período mais dinâmico da comissão, que se inicia em 1965, temos duas fases no tocante à sua relação com o sindicato. A primeira vai de 1965 a

1967, quando a diretoria do sindicato não desenvolvia um trabalho efetivo de mobilização e organização dos trabalhadores, e não expressava as aspirações das bases. Nessa fase, desenvolvendo uma prática de oposição à diretoria do sindicato, a comissão da Cobrasma foi o elemento dinâmico na atuação sindical dos metalúrgicos de Osasco, como fator de mobilização e união da categoria em torno de suas reivindicações. Através de seus líderes, a comissão tornou-se a referência principal para os metalúrgicos de Osasco, o que foi confirmado nas eleições sindicais de 1967, onde a chapa de oposição, encabeçada por José Ibrahim, que era o presidente da comissão da Cobrasma, se contrapondo à influência da máquina sindical, venceu as eleições em primeiro escrutínio.

A segunda fase vai de 67 a 68, com a diretoria do sindicato identificando-se com as aspirações das bases, mobilizando e organizando a categoria em torno de suas reivindicações, o que permitiu uma maior integração entre a atuação do sindicato e da comissão - apesar de mantida sua autonomia em relação ao sindicato - que continuou sendo apenas o Órgão Consultivo.

Podemos considerar que a independência da Comissão da Cobrasma em relação à direção da empresa, como também sua autonomia em relação à diretoria do sindicato constituíram-se em elementos decisivos tanto para a atuação da Comissão, como para o processo de mobilização e luta da categoria. É de se supor que nenhuma diretoria de sindicato que desenvolva uma prática comprometida com as aspirações da categoria, como é o caso da dos Metalúrgicos de São Bernardo, tenha motivos para temer a autonomia das organizações de base.

Os problemas principais que se colocam quanto ao tipo de relação entre a comissão da Ford e o sindicato dizem respeito às limitações da estru-

tura sindical. Devido ao atrelamento do sindicato ao Ministério do Trabalho, que tem o poder de intervir no sindicato a qualquer momento, pode ocorrer inclusive a situação dos diretores do sindicato na empresa deixarem de existir oficialmente. Por outro lado, a atuação da comissão termina ficando dependente da diretoria do sindicato, o que pode vir a ser extremamente prejudicial aos operários da empresa, caso venha a ocorrer uma mudança na direção sindical, assumindo uma diretoria que não tenha a mobilização, organização e luta dos trabalhadores, como o elemento central de suas preocupações.

Nesse sentido consideramos que a experiência da Comissão da Cobrasma é aquela que traz elementos mais importantes para a reflexão, no sentido de se encontrar uma alternativa para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores pela conquista de sua autonomia.

---

### Há falta de uma definição mais clara do movimento sindical a respeito das comissões de empresas.

---

A questão das Comissões de Empresas está colocada na ordem-do-dia tanto pelos trabalhadores, como por setores do patronato.

Os empresários, conforme a tradição das classes dominantes, estão procurando mais uma vez se apropriar da reivindicação dos trabalhadores, transformando o seu caráter, de forma a atender principalmente aos interesses do capital. Nesse sentido, seu interesse com relação às comissões limita-se à criação de organismos sem poder de barganha, para solucionar os problemas que se colocam a nível do local de trabalho e que lhes permitam apenas ter interlocutores diretos no transcorrer dos conflitos de classe.

A comissão da VW, conforme já vimos, representa claramente uma tentativa da direção da empresa de resolver a questão a seu favor. Entretanto, essa própria experiência vem indicando que, para corresponder às necessidades do capital, uma comissão necessita contar com legitimidade junto aos trabalhadores, para poder constituir-se em interlocutor válido. Isto será possível se a comissão representar, pelo menos em alguns aspectos, os interesses dos trabalhadores. A experiência do plebiscito sobre a redução da jornada de trabalho acompanhada da redução proporcional dos salários, provocada pela posição assumida pela comissão, terminou desembocando numa intensa mobilização dos trabalhadores da empresa em que o sindicato saiu fortalecido, e contribuindo para o aprofundamento da consciência dos trabalhadores.

É interessante notar que o movimento sindical paulista tem, entre suas lideranças mais expressivas, opiniões profundamente diferentes com relação à comissão da VW. Em pesquisa que está sendo realizada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), em que foram entrevistados 52 dirigentes e militantes sindicais de São Paulo, 24 emitiram opinião contrária a comissões formadas por iniciativa do patronato, considerando que os trabalhadores não deveriam participar; outros 24 declararam-se também contrários, mas considerando que se fossem criadas os trabalhadores deveriam participar; e apenas 4 se declaram a favor de tais comissões achando que os trabalhadores deveriam participar.

Em uma primeira apreciação podemos notar um elevado consenso contrário a comissões formadas por iniciativas das empresas. Entretanto, considerando o caso de que elas venham a ser criadas, encontramos uma nítida polarização entre os que acham que os trabalhadores deveriam participar e os que são contrários. Estes dados, assim como as experiên-

cias da Comissão da VW, refletem mais que uma divisão de opiniões. Há falta de uma definição mais clara do movimento sindical a respeito das comissões de empresas. Esta realidade é plenamente compreensível se consideramos que as experiências efetivas do sindicalismo brasileiro, nos últimos 50 anos, passam sempre de alguma forma por dentro da atual estrutura corporativista, tendo sido até agora muito difícil o desenvolvimento de experiências de organização nos locais de trabalho. O peso dessa realidade é tão grande que, mesmo líderes trabalhistas de oposição sindical que pautam sua atuação pela crítica a atual estrutura, dificilmente conseguem passar da crítica à formulação de propostas alternativas na medida em que a dinâmica da atuação sindical é dada pela estrutura oficial, caracterizada pela ausência de práticas que expressem outros referenciais.

Não podemos esquecer ainda que um componente fundamental da atual estrutura sindical é o autoritarismo, que dificulta ao máximo a participação dos associados. Tendo sido constituídos como instrumentos de controle sobre os trabalhadores, os sindicatos tiveram que ser inseridos numa estrutura que garantisse não só o seu atrelamento ao Ministério do Trabalho, como também o controle das direções sindicais sobre suas bases. Daí decorre o caráter autoritário da atual estrutura, que não estabelece nenhuma forma efetiva de organização e participação das bases, que permita aos associados exercerem algum nível de controle sobre seus representantes. Pelo contrário, as direções sindicais dispõem de diversos mecanismos para ludibriar a categoria e mesmo se perpetuar como diretoria.

Nesse sentido as experiências de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho são extremamente limitadas, e na maioria dos casos têm se chocado com diretorias de sindicatos

que se preocupam mais em conservar seus cargos que em defender os interesses dos trabalhadores.

É assim que enquanto herdeiros dessa tradição, os atuais militantes e dirigentes sindicais têm enfrentado por mais críticos que possam ser e enormes dificuldades para desenvolver ou mesmo se relacionar com formas novas de organização, como as comissões de empresas.

Essas considerações ajudam a compreender melhor a polarização em relação à participação na comissão da VW, bem como as próprias limitações das experiências da Ford e da Cobrasma.

No caso da Comissão da Ford o referencial principal tomado pela direção sindical foi mais o fortalecimento do próprio sindicato e menos a organização autônoma dos trabalhadores, optando assim por uma centralização do poder e não por uma descentralização, o que seria mais democrático.

Entendemos que tais encaminhamentos guardam relação com a herança histórica recebida e mesmo com a experiência da comissão da VW em que a empresa não contemplou nenhuma forma de relação da comissão com o sindicato, visando debilitá-la. Apenas nesse contexto podemos entender o tipo de subordinação, que terminou prevalecendo, da comissão da Ford em relação ao sindicato.

Quanto à colocação que justifica esse tipo de relação da comissão com o sindicato no sentido de assegurar a unidade do movimento, entendemos também estar relacionada com a experiência da organização sindical brasileira. A questão da unidade do movimento sindical brasileiro historicamente tem sido considerada como tendo que ser garantida pela lei, entregando assim ao Estado, que é quem tem a responsabilidade pela aplicação das leis, a manutenção da estrutura sindical única. A luta pela liberdade e autonomia sindicais, para ser conse-

quente, teria que colocar a abolição também desta forma de ingerência do Estado sobre as organizações sindicais, assumindo os próprios trabalhadores a responsabilidade de garantir a unidade do seu movimento. Tal unidade, para ser efetiva, terá que ser construída no plano da política sindical, através de uma organização democrática, em que as diferentes tendências presentes no seio do movimento possam se expressar e tenham assegurada a participação a nível das decisões e condução do processo. Ou seja, a unidade real do movimento só poderá ser construída reconhecendo-se e respeitando-se a diversidade existente e não através de formalidades jurídicas ou estatutárias. Ao mesmo tempo esta unidade dificilmente poderá ser alcançada a nível de entendimentos de cúpulas. A mobilização permanente das massas trabalhadoras indicando os caminhos que o movimento deve seguir e exercendo seu controle sobre as decisões, parece ser o caminho mais indicado para se construir uma unidade sindical duradoura e efetiva.

É partindo de tais perspectivas que não consideramos o mais adequado o procedimento adotado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo de estabelecer o controle do sindicato sobre a comissão da Ford através de uma norma estatutária, mesmo porque não será um artigo nos estatutos que evitará o surgimento de divergências e até mesmo de eventuais divisões. Pelo contrário, será apenas a convivência das divergências, assegurada pela democracia, que poderá garantir a unidade.

Cabe destacar entretanto, o efetivo comprometimento dos dirigentes sindicais metalúrgicos de São Bernardo com as aspirações da categoria e suas preocupações em aprender com as próprias experiências. Esse tipo de prática tem se constituído de certa forma em uma garantia às necessidades de aprofundamento das recentes experiências do movimento sindical.

No que se refere à comissão da Cobrasma, pelo próprio fato de ter sido criada por iniciativa dos trabalhadores da empresa como instrumento de suas lutas cotidianas, se opondo à estrutura sindical e à própria ditadura do sindicato, permitiu que se estabelecessem mecanismos mais amplos de participação da base, assegurando ao mesmo tempo sua independência em relação aos patrões e sua autonomia em relação ao sindicato.

Suas experiências, entretanto, também não estiveram imunes às heranças do sindicalismo brasileiro. No período 67/68, depois que a oposição venceu as eleições para o sindicato, a autonomia da comissão ficou bastante diluída, apesar de continuar sendo assegurada nos estatutos. Na realidade, a atividade dos membros da comissão passou a se dar fundamentalmente dentro do sindicato, refluindo a mobilização permanente que existia até então dentro da empresa. Assim sendo, na dinâmica do movimento, a autonomia da comissão acabou sendo de certa forma limitada pelo tipo de integração que passou a ter com o sindicato.

Independentemente das limitações assinaladas, queremos ressaltar a importância das experiências das comissões da Ford e da Cobrasma enquanto marcos no desenvolvimento do movimento sindical e referências para a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Tendo em vista as características do desenvolvimento do capitalismo, com as novas formas de organização do processo de trabalho que lhe são inerentes, que arrastam para dentro das empresas o eixo das lutas sindicais, torna-se urgente para o movimento sindical o aprofundamento das experiências de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, bem como a superação dos limites que ainda pesam sobre essas formas de organização, de forma a permitir efetivamente o fortalecimento da organização dos trabalhadores.

## N O T A S:

(1) Na Itália as questões relacionadas com o ambiente de trabalho vêm se tornando o centro das negociações entre Conselhos de Fábrica e Empresas, que passaram de 16,2% dos temas tratados nos acordos de 1970 para 32,36% em 1971. Esse aumento, bastante significativo entre os metalúrgicos (de 26% para 36,58%), foi maior ainda entre textéis, onde passou de 8,7% para 32,41% e entre os químicos, onde passou de 6,2% para 34,95%. (Adolfo Gilly, Los Consejos de Fábrica: Argentina, Bolívia, Itália. - Revista COYOACAN, Ano II nº 5)

(2) Além das Comissões da VW e da Ford são várias as que se constituíram nos últimos anos em diferentes Estados do país e em categorias diversificadas. A organização de Comissões de Empresas, em vários lugares, está deixando de ser uma reivindicação para se tornar uma prática, expressando uma tendência de desenvolvimento da organização sindical brasileira. Entretanto, até o momento, o movimento operário e sindical

não se debruçou sobre a questão, visando definir uma perspectiva clara para o seu encaminhamento.

A problemática das Comissões de Empresas não mereceu, tampouco, por parte dos pesquisadores da questão sindical no Brasil, atenção e estudos mais aprofundados, condizentes com a importância que tem assumido na realidade. Esta não é uma tentativa de suprir essa lacuna, mas apenas de levantar algumas questões para o debate que deve se travar, relacionadas com as experiências vividas.

(3) Jornal do Brasil, 25/11/80

(4) Jornal do Brasil, 18/04/81

(5) Diário do Grande ABC, 18/02/82.

(6) No distrito 4, José de Oliveira, indicado pelo sindicato, obteve 536 votos, contra 73 do adversário; no distrito 9, Flores Gomes Assunção obteve 711 contra 132 do adversário; e no distrito 10, Francisco Dias, indicado pelo sindicato, obteve 567 votos contra 142 de seu adversário. Diário do Grande ABC, 18/02/82.

00000000

# NEGROS: UNIÃO E CONSCIÊNCIA

## GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA

Existem vários grupos no interior do Movimento Negro Brasileiro. PROPOSTA publica esta reflexão do Grupo de União e Consciência Negra, ficando aberto o espaço para que outros se manifestem.

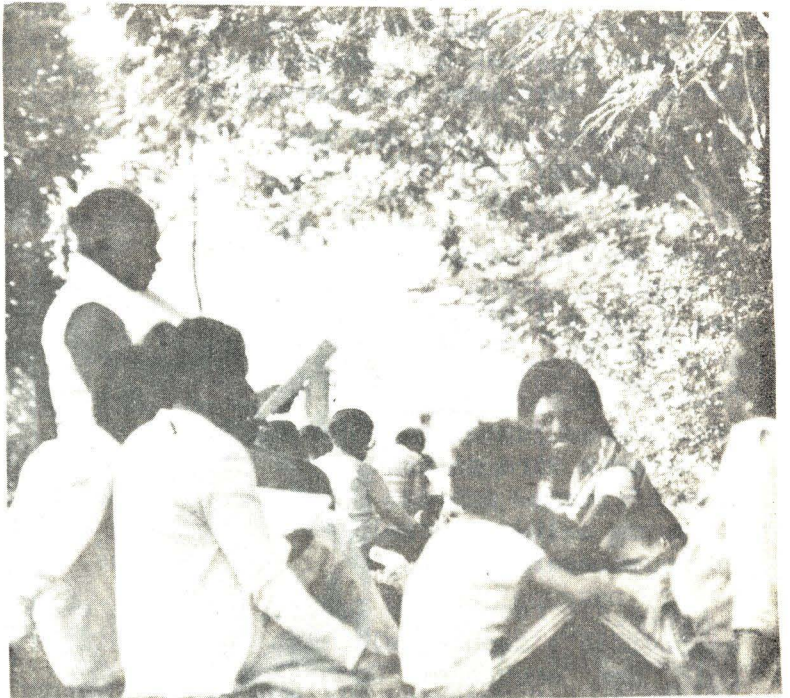
Em nome do povo  
Que fez seu Palmares  
Que ainda fará  
Palmares de novo  
- Palmares, Palmares, Palmares  
do povo!!! (1)

Em setembro de 1978 a CNBB-Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros encarregou um grupo de estudiosos de apresentar subsídios sobre os cultos afro-brasileiros, em preparação à Conferência de Puebla. Este grupo logo chegou às seguintes conclusões:

- o importante não era olhar o negro enquanto indivíduo que pratica um culto não-católico;
- nem era tão importante já buscar métodos para trazer esse indivíduo à Igreja;
- importante era olhar a realidade global do negro brasileiro, enquanto grupo: social, política, econômica e religiosa;
- importa também conhecer os antecedentes históricos

cos da atual realidade.

A partir destes estudos constituiu-se um grupo-tarefa, composto por teólogos e dois negros, que programou uma reunião em dezembro de 1978, da qual surgiu a idéia de se preparar um encontro de sacerdotes e religiosos negros, que estudariam sua



Reflexão em pequenos grupos. Encontro Regional S. Paulo. Grupo de União e Consciência Negra.

própria realidade de negros dentro da Igreja.

O encontro ficou marcado para fevereiro de 1980, tendo sido decidido posteriormente que dele participariam padres, religiosos (as), agentes de Pastoral Negra. Do encontro surgiram as seguintes constatações:

- é mínimo (ou quase nulo) o espaço que os negros têm para se sentirem como Cristãos e Negros dentro da Igreja;
- há poucos Negros e Mulatos nos quadros do Episcopado e das hierarquias das Congregações Religiosas, contrastando com a presença maciça de descendentes de africanos no meio da população brasileira;
- as desigualdades entre Brancos e Negros na Igreja, quanto às seleções, oportunidades e incentivos, determinam, implicitamente, a institucionalização deste contraste.

Este encontro demarca a pré-história do Grupo, que a seguir assumiria uma identidade própria. Na ocasião destacaram-se as seguintes considerações:

- há já quatro séculos que somos um povo marginalizado na sociedade civil e na Igreja;
- todas as instituições brasileiras, e também a Igreja, trabalharam juntas durante 4 séculos, para instalar, manter, justificar e perpetuar a escravidão oficial ou não;
- trabalharam juntas para manter firmemente fora do processo a cultura africana, impondo o modelo europeu de cultura (Ideologia do embranquecimento);
- o negro não recebeu da Igreja, na escravidão e depois dela, nem apoio, nem educação. Constatou-se que, até pouco tempo, a maioria dos colégios católicos mantinham, explícita ou implicitamente, em suas cláusulas a proibição de receber negros. As Congregações religiosas também tinham suas restri-

ções: não recebiam, normalmente, Negros em seus quadros. Os que conseguiram ingressar ocupavam, o mais das vezes, posições subalternas (por exemplo: oblatos) fazendo os trabalhos mais pesados dos conventos, como mão-de-obra barata. Essa situação perdurou até há poucos anos;

- apesar de algumas modificações recentes, com a abertura de colégios, seminários e congregações aos candidatos negros, notam-se ainda certas situações de discriminação, vexames e humilhações pelo fato de serem negros;
- na sociedade civil os dados estão aí para demonstrar a situação subdesenvolvida da população negra, com poucas oportunidades no campo da educação, saúde, moradia, trabalho e condições de vida;
- nós mesmos Negros - devido a essas situações, temos medo ou dificuldade de valorizar nossa cultura e ascendência, porque se introjetou e se internalizou em nós a ideologia do embranquecimento;
- queremos nos unir e nos reunir para refletir, para nos conscientizar, para planejar tarefas e ações também com os irmãos não-negros, para a construção de uma sociedade e uma Igreja justas, fraternas, não preconceituosas, respeitadoras dos povos e de suas culturas.

Percebeu-se que havia o despertar da consciência crítica diante da realidade. Este Grupo posicionou-se por uma proposta de união, que levasse à conscientização da história, das lutas, da cultura dos negros.

Estes são os objetivos do Grupo de União e Consciência Negra:

- despertar a consciência crítica dos Negros diante da realidade;
- levar o negro a sentir necessidade de se assumir como Negro, despojando-se da ideologia do "embranquecimento";

- ajudar o Negro a aceitar sua pró  
pria identidade;
- ajudar o Negro na conscientiza-  
ção dos problemas sócio-econômicos  
da sociedade brasileira em geral e  
em particular da sociedade negro-  
brasileira;
- procurar conhecer nossas raízes ne  
gras;
- procurar conhecer os cultos de nos  
sos antepassados e vivenciar sua  
cultura, sua arte, e todos os valo  
res de proveniência africana;
- dedicar-nos à luta pela recupera-  
ção de nossa identidade, assumindo  
nossa Negritude, na descoberta de  
nossos valores pessoais e comunitá  
rios, dentro desse sistema opres-  
sor;
- cooperar ativamente dentro da Igre  
ja e da sociedade civil, na trans  
formação dessa mentalidade raci  
ta;
- unir nossa luta a todas as outras  
lutas do povo: lavradores, índios,  
CEBs, Clubes de Mães, Associações  
de bairros, de Empregadas Domésti  
cas, etc.;



Reflexão em pequenos grupos. Encontro Regional  
S. Paulo. Grupo de União e Consciência Negra.

- caminhar para a união, onde nós  
os Negros, possamos nos encontrar  
a fim de discutir nossos problemas  
e assumir nossas responsabilida-  
des, juntamente com todas as cate-  
gorias de trabalhadores que buscam  
organizar-se para a conquista da  
transformação desta sociedade in  
justa e opressora.

O Grupo como um todo não está liga  
do a nenhum partido político. Pois  
o seu objetivo é unir a RAÇA NE  
GRA, porém seus membros têm liber  
dade para optar politicamente.

No sentido religioso o grupo tem u  
ma linha ECUMÊNICA.

#### QUE CADA GRUPO OU REGIÃO DESCUBRA CO MO COMEMORAR O DIA DE ZUMBI - 20 DE NOVEMBRO - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

Outro marco de importância aconte-  
ceu em setembro de 1980, com a reali-  
zação do Encontro Afro-brasileiro ,  
que trouxe mudanças na forma de or-  
ganização do trabalho, com a decisão  
de se realizar encontros regionais  
e nacionais a médio prazo, e nova pro  
gramação e dinâmica com  
ampliação da comissão na  
cional e maior preocupa-  
ção com as bases.

Em setembro de 1981, em  
Brasília, acontece o En-  
contro Nacional. Uma das  
suas aprovações denomina  
este trabalho organizado  
de Grupo de União e Con  
sciência Negra. A caminha  
da dos vários grupos nos  
diversos Estados presen  
tes ao Encontro revelou  
o nível de desdobramento  
atingido pela proposta,  
requerendo, portanto, u  
ma estruturação mais con  
solidada.

As decisões tomadas, nes  
te Encontro, voltaram-se  
para a melhor organiza-



ção do Grupo: fortalecimento da comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra ou dia de ZUMBI - 20 de novembro, definição quanto à produção de subsídios para estudos e reflexões dos grupos (fascículos editados pela Frente Nacional do Trabalho, confecção do Boletim, da edição de um número da revista CET); criação de uma comissão cultural encarregada de fornecer subsídios às bases, de estudar e divulgar a história do Negro, de pesquisar a situação sócio-econômica e cultural; manter o vínculo com a Linha II da CNBB.

O Plenário deste Encontro aprovou os seguintes princípios a serem assumidos pelos Grupos:

- devem ter como objetivo principal a união dos negros e sua conscientização;
- devem ser formados a partir do dado da Raça, e não do credo ou da ideologia político-partidária;
- ao manterem contato com os cultos afro-brasileiros devem fazê-lo com respeito, e não trazer as pessoas que frequentam esses cultos para os grupos, como objetivo de folclore;
- devem lutar ao lado de outros movimentos populares; sindicatos, associação de empregada doméstica, associações de bairro, clubes de mães, associações rurais, CEBS, CPT, CPO, programas de saúde, etc.;
- os que estão ligados à Igreja devem continuar a encontrar-se para ver a situação do Negro a partir do dado da fé dentro da luta do Povo. Devem ainda fazer contato com outros grupos além de suas reuniões ordinárias;
- sempre que necessário e possível, serão assessorados por estudiosos da cultura afro-brasileira, negros ou não negros.

Em termos de trabalho junto às comunidades negras a proposta do Grupo procura:

- organizar e apresentar teatro, poesia, recreação, danças, capoeira, jograis, etc.;
- fazer uma pesquisa da realidade do Negro frente à escola: discriminação, não acesso aos cursos superiores, conscientização da comunidade sobre o problema, etc., visando a Campanha da Fraternidade de 1982 EDUCAÇÃO PARA TODOS.
- fazer uma pesquisa sobre a violência contra o Negro, em 1982, visando a Campanha da Fraternidade de 1983;
- fazer uma crítica histórica da realidade passada, procurando ver hoje quais as injustiças que continuam a ser praticadas. Deve-se usar como meios para isto imagens objetivas que levem a compreensão da realidade e a ter uma visão crítica frente à ideologia reinante, a partir da realidade negra;
- penetrar na realidade local dos cultos afro-brasileiros, compartilhando e ouvindo membros das diversas religiões: candomblé, umbanda, macumba, procurando-se descobrir a negritude destes gestos;
- trabalhar com a criança negra - ela é bonita, tem valor, é importante - visando uma educação, para que esta criança se aceite como é. Conscientizar famílias e professores sobre o assunto;
- trabalhar com as famílias negras através de visitas, bate papo, etc.;
- trocar experiência e ter maior comunicação entre os grupos de base.

Este Grupo não é um "movimento separatista", mas busca com outros grupos a libertação do povo. Não se limita também a ser uma Pastoral e um "grupo vocacional", mesmo porque dele também participam os não católicos.

Estamos chegando do fundo da terra  
Estamos chegando do ventre da noite  
Da carne do açoite nós somos  
Viemos lembrar (1)

Os movimentos de resistência do negro contra o regime escravocrata são geralmente subestimados e até negados, da mesma forma como são igualmente os de toda a classe explorada. Mas as formas mais temidas de resistência dos escravos foram os Quilombos.

Quilombo era toda habitação de negros fugidos, em número superior a cinco, que se reuniam em lugares des povoados, procurando viver melhor e se defender, lutando pela sua liberdade e a de seus irmãos de raça. Quando a população era grande, constituíram-se em vários núcleos, os Mocambos, que se deslocavam conforme as perseguições.

O Quilombo de Palmares, localizado numa região coberta de palmeiras em terras dos atuais Estados de Pernambuco e Alagoas, não era uma organização isolada, estando aberta a todos os perseguidos pelo sistema colonial: negros, brancos pobres e índios. De lá nos vem Zumbi,

Assim é que este local foi escolhido para a celebração da Missa dos Quilombos, dado seu significado, inclusive para todos nós. Esta proposta teve origem na missa da Terra - sem males que surgiu por conta da necessidade em despertar o pessoal para os problemas enfrentados pelos índios, apoiando-lhes na defesa de suas terras. As duas missas foram escritas por D. Pedro Casáldaliga e Pedro Terra sendo que a Missa dos Quilombos foi musicada por Milton Nascimento,

O sentido da Missa dos Quilombos é de alegria, usando-se ao máximo tudo o que é e veio do negro (danças, ritmos, atabaques, afoxês), procurando resgatar a História dos massacres a que o colonialismo e o capita-

lismo submeteram e ainda submetem os negros neste continente. "Por isso ela não celebra a subserviência mas a dignidade, não celebra o desespero mas a esperança de negros e brancos constituírem seu Novo Palmares"(1).

**TERIA QUE SER NO BRASIL, NESTE BRASIL QUE FINGE SER BRANCO, MAS QUE NÃO CONSEGUE ESCONDER NA PELE OS TRAÇOS DOS SEUS FILHOS. É O SEGUNDO PAÍS NEGRO DO MUNDO.**

Quando chega o dia 13 de maio algumas pessoas menos avisadas dão um especial destaque a esta data, supondo ser ela um momento comemorativo da libertação do negro. Mas seu significado é outro, pois apenas celebra a mudança de roupagem do sistema econômico brasileiro. Até 1888 ele estava baseado no escravismo, enquanto alguns elementos da classe dominante já duvidavam de que esta forma fosse a melhor para se obter maior lucro com menor custo.

Esta constatação ganhou importância, e junto com outros motivos, levou a Princesa Isabel a decretar em 13.05. de 1888 o fim do escravismo e o reconhecimento oficial do trabalho assalariado. Assim, o negro escravo passou à condição de marginalizado, porque os empregadores começaram a importar mão-de-obra branca da Europa. O sistema o utilizou como mão-de-obra barata, no subemprego e no maior contingente do exército de reserva de mão-de-obra.

E outra questão importante é a ideologia do embranquecimento. Seu preço é o da identidade. "Submetem o Brasil à condição de um país sem fisionomia. Porque não haverá identidade brasileira, enquanto não se resgatar a identidade negra, que permeia e percorre todo o corpo cultural da nação. E a classe dominante, colonizadora e colonizada, impede o país de encarar no espelho da História a me-

tade negra do seu rosto" (3).

Essa ideologia caracteriza-se por dividir o mundo em duas partes: uma parte boa, com todos os valores, possuidora do que no seu modo de ver, é o melhor do humano; a outra parte, ou não é possuidora de valores, ela é o mal humano, ou então os valores que possui são imperfeitos, não-civilizados, selvagens. No Brasil o branco é o detentor da parte boa e o negro da parte má. Os que têm a parte boa são os detentores de todo poder e saber, aos outros tudo isso é negado. O ideal é: ou eliminar a "parte má" ou, através de várias manipulações, nos mais variados modos de vida, fazer com que eles vão perdendo sua "maldade".

Essa ideologia é introjetada e internalizada na sociedade. Os que estão na "parte boa" se sentem superiores, os da parte má se sentem inferiores; não podem afirmar a sua identidade, porque ela é recusada.

Quanto mais alguém se aproxima do ideal branco de viver, recusando sua negritude, tanto melhor. É necessário, dentro dessa ideologia, que o negro seja de "alma branca" para poder ter lugar ao sol.

Essa situação gera no negro uma vontade inconsciente de perder sua identidade, seus valores autênticos. Ele se julga, enquanto Negro, alguém "que não é, não sabe e não pode" transformando-se num alienado em relação a si e a toda realidade.

A título de reconstrução histórica, cabe lembrar que "em nome dos senhores de escravos, a quem dizia combater, Rui Barbosa pretendeu esconder das gerações futuras a carnificina da escravidão no Brasil. Propôs e conseguiu que se queimassem os documentos deste crime" (3).

Terminando esta apresentação, relacionamos as atuais Entidades Afro-Brasileiras que estão tendo uma praxis dentro do Movimento Negro Brasileiro:

## Entidades Afro-Brasileiras

- Afoxé-Badauê - Salvador, BA
- Agbara Dudu - Rio de Janeiro, RJ
- Associação Cultural Afro-Brasileira do Estado do Rio de Janeiro-Rio de Janeiro, RJ
- Bloco Afro Ilê Aiyê - Salvador, BA
- Bloco Afro Malê de Malê - Salvador Bahia
- Bloco Afro Olodum - Salvador, BA
- Bloco Afro Orunmilá - Salvador, BA
- Casa de Cultura Afro-Brasileira - São Paulo, SP
- Centro de Cultura Afro-Brasileira - Olinda, PE
- Centro de Cultura Negra do Maranhão - São Luís, MA
- Centro de Estudos Afro-Brasileiros - Brasília, DF
- Centro de Estudos Afro-Brasileiros - Maceió, AL
- Centro de Estudos Afro-Brasileiros - Vitória, ES
- Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - Belém, PA
- Centro de Estudos e pesquisa Yorubana - Rio de Janeiro, RJ
- Círculo Renovador Chico-Rei - Rio de Janeiro, RJ
- Clube Palmares de Volta Redonda - Volta Redonda, RJ
- Frente Negra de Ação Política de Oposição - São Paulo, SP
- Grupo Afro-Brasileiro Cultura e Saúde - Joinville, SC
- Grupo Afro-Brasileiro Oswaldo Silveira - Florianópolis, SC
- Grupo de Desenvolvimento de Cultura Negra - Rio de Janeiro, RJ
- Grupo Gana - Araraquara, SP
- Grupo Negro - Fortaleza, CE
- Grupo Negro da PUC - São Paulo, SP

Grupo Olorun Bada Mim - Rio de Janeiro, RJ

Grupo de Trabalhos André Rebouças - Niterói, RJ

Grupo União e Consciência Negra - existente em 14 Estados e no DF (4)

Grupo Vissungo - Rio de Janeiro, RJ

Instituto Cultural Brasil-África  
Rio de Janeiro, RJ

Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - Rio de Janeiro, RJ

Irmandade N.Sra. do Rosário - Rio de Janeiro, RJ

Liga Humanitária dos Homens de Cor - Campinas, SP

Movimento Alma Negra - Manaus, AM

Movimento Negro Independente-Florianópolis, SC

Movimento Negro Unificado - Belo Horizonte, MG

Movimento Negro Unificado - João Pessoa, PB

Movimento Negro Unificado - Porto Alegre, RS

Movimento Negro Unificado - Rio de Janeiro, RJ

Movimento Negro Unificado - Salvador, BA

Movimento Negro Unificado - São Paulo, SP

Núcleo Arte e Cultura - São Paulo, SP

Núcleo Cultural Afro-Brasileiro - Salvador, BA

Sociedade de Estudos de Cultura Negra no Brasil - Salvador, BA

Sociedade de Intercâmbio Brasil - África - Rio de Janeiro, RJ

Sociedade de Pesquisa Malê - Salvador, BA

Sociedade Protetora dos Desvalidos - Salvador, BA

União de Cultura Negra de Botucatu - São Paulo, SP

### Centros Universitários

Centro de Estudos Africanos - Universidade de São Paulo

Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Conjunto Universitário Cândido Mendes

Centro de Estudos Afro-Brasileiros - Universidade Federal de Alagoas

Centro de Estudos Afro-Brasileiros - Universidade Federal de Minas Gerais

Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia

Instituto de Pesquisas Afro-Brasileiras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### NOTAS:

(1) Casaldáliga, D. Pedro et Terra, Pedro. Missa dos Quilombos, Abertura. Cartilha preparando a celebração dos Quilombos. Grupo de União e Consciência Negra.

(2) Programa do Encontro Nacional Afro-Brasileiro, de 29/07 a 01/08/82 - Rio de Janeiro.

(3) Relatório e outros documentos do Grupo de União e Consciência Negra.

(4) Bahia, Ceará, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Santa Catarina.

## **REGIONAL NORTE**

### **Escritório de Belém**

Rua Bernal do Couto nº 1329  
66.000 – Belém – PA  
(091) 222-0318

### **Escritório de Abaetetuba**

Rua Siqueira Mendes, nº 1640  
68.440 – Abaetetuba – PA  
(091) 751-1181

### **Escritório de Castanhal**

Travessa Índio Betan nº 196  
68.745 – Castanhal – PA  
(091) 721-1836 (res. Eneide)

### **Escritório de Santa Luzia**

Av. Newton Bello nº 1032  
65.390 – Santa Luzia – MA

### **Escritório de Santarém**

Av. Curuá-Una nº 1370  
68.100 – Santarém – PA  
(091) 522-1764 (res. Paulo)

### **Escritório de São Luís**

Rua da Paz nº 417  
Centro  
65.000 – São Luís – MA  
(098) 221-1175

## **REGIONAL NORDESTE**

### **Escritório de Recife**

Rua Cedro nº 52  
Casa Amarela  
50.000 – Recife – PE  
(081) 268-3242

### **Escritório de Garanhuns**

Av. Júlio Brasileiro nº 1152-A  
Heliópolis  
55.300 – Garanhuns – PE  
(081) 761-0747

### **Escritório de Fortaleza**

Rua Justiniano Serpa nº 839  
Benfica  
60.000 – Fortaleza – CE  
(085) 223-4056

## **REGIONAL SUDESTE-SUL**

### **Escritório do Rio de Janeiro**

Rua Senador Dantas nº 117 grupo 1518  
Centro  
20.031 – Rio de Janeiro – RJ  
(021) 220-7198

### **Escritório de São Paulo**

Rua Loefgren nº 1651 – casa 6  
Vila Clementino  
04040 – São Paulo – SP  
(011) 549-3888

### **Escritório de Vitória**

Rua Frei Antônio dos Mártires nº 145  
29.000 – Vitória – ES  
(027) 223-7436

### **Escritório de Porto Alegre**

Rua Gaspar Martins nº 470  
90.000 – Porto Alegre – RS  
(0512) 25-0787



**Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional**

**Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 – ZC 01**

**Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134**

**22.270 – Rio de Janeiro (RJ)**